

# TGR Subholding 4 S.A.

Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em

31 de dezembro de 2025



# Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	13
1 Contexto operacional.....	13
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	13
3 Gerenciamento de riscos.....	19
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	21
5 Contas a receber de clientes.....	21
6 Imobilizado (Consolidado).....	22
7 Investimentos (Controladora).....	23
8 Notas comerciais (Controladora).....	26
9 Patrimônio líquido.....	30
10 Receita líquida de vendas.....	30
11 Custos operacionais.....	30
12 Despesas gerais ou administrativas.....	30
13 Resultado financeiro.....	30
14 Partes relacionadas.....	32
15 Instrumentos financeiros.....	33
16 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado).....	35
17 Contingências.....	35



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300

SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota

60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil

Telefone +55 (85) 3457-9500

kpmg.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e administradores da**

**TGR Subholding 4 S.A.**

**Maracanaú (CE)**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TGR Subholding 4 S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TGR Subholding 4 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Junior  
Contador CRC CE-021967/0-5

## Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	76.228	13	71.397	3
Contas a receber de clientes	5	17.265	—	10.940	—
Dividendos a receber	14	—	—	8.004	—
Outros créditos		2.792	389	878	—
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>96.285</b>	<b>402</b>	<b>91.219</b>	<b>3</b>
Outros créditos		1.324	—	—	—
<b>Realizável à longo prazo</b>		<b>1.324</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Investimento	7	—	—	938.427	226.434
Imobilizado	6	940.916	503.841	—	—
		<b>940.916</b>	<b>503.841</b>	<b>938.427</b>	<b>226.434</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>942.240</b>	<b>503.841</b>	<b>938.427</b>	<b>226.434</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.038.525</b>	<b>504.243</b>	<b>1.029.646</b>	<b>226.437</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**TGR Subholding 4 S.A.**  
Balanças Patrimoniais  
em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores		3.053	5.505	9.871	—
Dividendos a pagar	9	1.781	—	1.781	—
Notas comerciais	8	783.803	—	783.803	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	1.059	1.430	—	—
Obrigações fiscais		3.489	347	2.335	—
Imposto de renda e contribuição social	16	1.215	—	—	—
Obrigações trabalhistas		—	207	—	—
Outras contas a pagar		1.617	112	—	1
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>796.017</b>	<b>7.601</b>	<b>797.790</b>	<b>1</b>
Provisão para desmobilização		9.146	—	—	—
Outras contas a pagar		1.506	170	—	—
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>10.652</b>	<b>170</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>806.669</b>	<b>7.771</b>	<b>797.790</b>	<b>1</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	9				
Capital social		225.947	225.717	225.947	225.717
Reserva legal		375	—	375	—
Reserva de lucros a distribuir		5.342	—	5.342	—
Adiantamento para futuro aumento de capital		4	—	4	—
Transação de capital com acionistas		188	1.120	188	1.120
Prejuízos acumulados		—	(401)	—	(401)
<b>Total do Patrimônio líquido atribuído aos controladores</b>		<b>231.856</b>	<b>226.436</b>	<b>231.856</b>	<b>226.436</b>
Participação de acionistas não controladores		—	270.036	—	—
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>231.856</b>	<b>496.472</b>	<b>231.856</b>	<b>226.436</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>1.038.525</b>	<b>504.243</b>	<b>1.029.646</b>	<b>226.437</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações do resultado

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida operacional	10	59.290	—	35.767	—
Custos operacionais	11	(16.786)	—	(35.751)	—
<b>Lucro bruto</b>		<b>42.504</b>	<b>—</b>	<b>16</b>	<b>—</b>
Despesas gerais ou administrativas	12	(2.964)	(783)	(136)	(11)
Outras (despesas) receitas operacionais		(252)	8	—	—
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(3.216)</b>	<b>(775)</b>	<b>(136)</b>	<b>(11)</b>
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos</b>		<b>39.288</b>	<b>(775)</b>	<b>(120)</b>	<b>(11)</b>
Receitas financeiras	13	3.118	—	2.509	—
Despesas financeiras	13	(31.054)	(5)	(30.980)	—
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(27.936)</b>	<b>(5)</b>	<b>(28.471)</b>	<b>—</b>
Resultado de equivalência patrimonial	7	—	—	36.490	(390)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>11.352</b>	<b>(780)</b>	<b>7.899</b>	<b>(401)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(2.034)	—	—	—
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		<b>9.318</b>	<b>(780)</b>	<b>7.899</b>	<b>(401)</b>
<b>Resultado atribuído aos:</b>					
Acionistas controladores		7.899	(401)	—	—
Acionistas não controladores		1.419	(379)	—	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	9.318	(780)	7.899	(401)
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>9.318</b>	<b>(780)</b>	<b>7.899</b>	<b>(401)</b>
<b>Resultado atribuído aos:</b>				
Acionistas controladores	7.899	(401)	-	-
Acionistas não controladores	1.419	(379)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital integralizado	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transação de capital com acionistas	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 14 de junho de 2024</b>		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Capital subscrito	9	225.717	(225.717)	–	–	–	–	–	–	–	–
Capital integralizado	9	–	225.717	–	–	–	–	–	225.717	–	225.717
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	9	–	–	–	–	–	–	–	–	272.387	272.387
Variação na participação societária	7	–	–	–	–	–	1.120	–	1.120	(1.972)	(852)
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	–	(401)	(401)	(379)	(780)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>225.717</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.120</b>	<b>(401)</b>	<b>226.436</b>	<b>270.036</b>	<b>496.472</b>
Capital subscrito	9	97.230	(97.230)	–	–	–	–	–	–	–	–
Capital integralizado	9	–	230	–	–	–	–	–	230	–	230
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	9	–	–	–	–	–	–	–	–	(272.387)	(272.387)
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	–	–	–	–	4	–	–	4	–	4
Variação na participação societária	7	–	–	–	–	–	(932)	–	(932)	932	–
Lucro do exercício		–	–	–	–	–	–	7.899	7.899	1.419	9.318
<b>Destinação do Lucro</b>											
Reserva legal	9	–	–	375	–	–	–	(375)	–	–	–
Dividendos obrigatórios	9	–	–	–	–	–	–	(1.781)	(1.781)	–	(1.781)
Reserva de lucros a distribuir	9	–	–	–	5.342	–	–	(5.342)	–	–	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>322.947</b>	<b>(97.000)</b>	<b>375</b>	<b>5.342</b>	<b>4</b>	<b>188</b>	<b>–</b>	<b>231.856</b>	<b>–</b>	<b>231.856</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro (Prejuízo) do exercício		9.318	(780)	7.899	(401)
<b>Ajustes para:</b>					
Depreciação	6	9.594	—	—	—
Equivalência patrimonial	7	—	—	(36.490)	390
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	30.974	—	30.974	—
Rendimento de aplicações		(124)	—	—	—
Resultado da baixa de imobilizado	6	11	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social	16	2.034	—	—	—
Outros		299	—	—	—
		<b>52.106</b>	<b>(780)</b>	<b>2.383</b>	<b>(11)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Contas a receber de clientes		(17.265)	—	(10.940)	—
Outros créditos		(3.942)	(185)	1.812	—
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(496)	(602)	—	—
Fornecedores		(5.500)	(6.825)	9.871	—
Obrigações trabalhistas		(207)	(115)	—	—
Obrigações fiscais		3.142	(17)	2.210	—
Outras contas a pagar		86	—	(3)	1
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>		<b>27.924</b>	<b>(8.524)</b>	<b>5.333</b>	<b>(10)</b>
Impostos pagos sobre o lucro	16	(71)	—	—	—
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>27.213</b>	<b>(8.524)</b>	<b>5.333</b>	<b>(10)</b>

**TGR Subholding 4 S.A.**  
*Demonstrações dos Fluxos de Caixa*  
*em 31 de dezembro de 2025 e 2024*  
*(Em milhares de reais)*

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Resgates de aplicações financeiras		2.678	—	—	—
Aumento de capital em empresas investidas	7	—	—	(661.487)	—
Aquisição de investimento, líquido do caixa adquirido		—	9	—	—
Aquisição de imobilizado	6	(408.824)	(140.899)	—	—
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(406.146)</b>	<b>(140.890)</b>	<b>(661.487)</b>	<b>—</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Capital integralizado	9	230	13	230	13
Captações de empréstimos e financiamentos	8	729.998	—	729.998	—
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	9	—	149.428	—	—
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	9	(272.387)	—	—	—
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(2.684)	—	(2.684)	—
Arrendamentos pagos		(13)	(14)	—	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	4	—	4	—
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>455.148</b>	<b>149.427</b>	<b>727.548</b>	<b>13</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>76.215</b>	<b>13</b>	<b>71.394</b>	<b>3</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	13	—	3	—
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	76.228	13	71.397	3
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>76.215</b>	<b>13</b>	<b>71.394</b>	<b>3</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### 1 Contexto operacional

A TGR Subholding 4 S.A. ("Companhia"), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 14 de junho de 2024, e tem como objeto social: participar como acionista do capital social de sociedades que atuem em empreendimentos no setor de energia renovável e a comercialização de energia elétrica gerada pelos parques eólicos controlados, limitada a capacidade instalada dos empreendimentos, para a Companhia Nacional de Cimento, atuando como uma contraparte central que garante a segurança, liquidação e compensação dos contratos de compra e venda de energia ("clearing house").

Suas controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica e a comercialização de energia elétrica.

#### Capital Circulante Líquido ("CCL") negativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava CCL negativo de R\$699.732 e R\$706.571 nos balanços consolidado e individual, respectivamente. Parte significativa desse valor é referente a emissão das notas comerciais (vide [Nota 8](#)), captada no exercício corrente pela controladora, que serão amortizadas no curto prazo ("dívida-ponte"). O pagamento da dívida-ponte será realizado mediante celebração de contratos de financiamentos de longo prazo, a ser captado pela Companhia no exercício seguinte.

#### 1.1 Descrição do projeto eólico parcialmente controlado pela Companhia

##### *Projeto Serra do Tigre ("TGR")*

O projeto contempla a implantação de doze parques eólicos, dos quais dois são controlados pela Companhia. A capacidade instalada total do projeto é de 756MW, dos quais 126MW são controlados pela Companhia. Esta capacidade é composta por 28 aerogeradores, do total de 168 aerogeradores modelo Vestas V150 4.5, previsto para o projeto. Os parques controlados pela Companhia estão localizados nos municípios de Picuí (PB), Currais Novos (RN), Campo Redondo (RN) e São Tomé (RN).

As controladas Ventos de Santa Doroteia Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Cristina Energias Renováveis S.A. iniciaram a operação comercial plena de 28 aerogeradores a partir do dia 03 de setembro de 2025.

### 2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

## 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Administração não efetua julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

### Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

## 2.4 Base de consolidação (Controladora)

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

Controladas	Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santa Doroteia Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de São Rafael 02	63	Picuí (PB) e Campo Redondo (RN)	18 de março de 2021	Operacional	Direto	Direto	100,00%	41,65%
Ventos de Santa Cristina Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de São Rafael 05	63	Picuí (PB), Currais Novos, Campo Redondo, e São Tomé (RN)	18 de março de 2021	Operacional	Direto	Direto	100,00%	49,94%

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

## 2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### (ii) Classificação e mensuração subsequente

#### **Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

#### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(iii) Desreconhecimento**

#### **Ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### **Passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **(iv) Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e dividendos a receber.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: notas comerciais, fornecedores, dividendos a pagar, outras contas a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

## 2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

## 2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### **Depreciações**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para as unidades geradoras dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena das controladas.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### **Provisão de desmobilização de ativos**

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir dos custos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

## **2.9 Receitas e despesas financeiras**

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

## **2.10 Imposto de renda e contribuição social**

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

O imposto de renda das controladas foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social das controladas foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

## **2.11 Arrendamento (Consolidado)**

A Companhia e suas controladas cessaram a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, em razão do início pleno da fase operacional dos empreendimentos, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

## **2.12 Receita operacional**

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais são provenientes da geração de energia de suas controladas, sendo que a quase totalidade das vendas é destinada ao acionista Companhia Nacional de Cimento, visto que a Companhia atua primordialmente como veículo de intermediação das transações e não pratica negociações ativas (trading) no mercado livre de energia, seus contratos não são mensurados ao valor justo. Dado que o modelo de negócio visa à liquidação física para atendimento às necessidades de consumo e fornecimento do Grupo, a Administração classifica e mensura referidos instrumentos ao custo amortizado, não aplicando a opção de valor justo por meio do resultado para fins de eliminação de descasamento contábil.

A Controladora é a responsável primária para fornecer a energia contratada pela Companhia Nacional de Cimento via PPAs de venda, e tal responsabilidade estará assegurada pela garantia física da estrutura de geração de energia das controladas, mediante os PPAs de compra de longo prazo.

### 2.13 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

**b. Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

## 3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

### (i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

## (ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a CDV, portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

## (iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro consiste na dívida contratada e apresentada na Nota 8.

## (iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. A dívida contratada pela Companhia possui riscos de mercado associados à volatilidade do CDI.

### Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	73.396	Baixa do CDI	72.559	71.744
Efeito no resultado	3.230		2.393	1.578
Aplicações financeiras	2.816	Baixa do CDI	1.858	1.193
Efeito no resultado	2.485		1.527	862
Notas comerciais	(786.487)	Alta do IPCA	(801.648)	(816.749)
Efeito no resultado	(56.488)		(71.649)	(86.750)

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	16	13	5	3
Aplicações financeiras (a)	2.816	—	—	—
Fundo de investimentos - restritos (b)	73.396	—	71.392	—
<b>Total</b>	<b>76.228</b>	<b>13</b>	<b>71.397</b>	<b>3</b>

- (a) A Companhia mantém suas disponibilidades de caixa em fundos de renda fixa com baixo risco de crédito e remuneração entre 80% e 100% do CDI. Estas operações possuem prazo de vencimento inferior a três meses da data de contratação e, por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.
- (b) A Companhia e suas controladas possuíam aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a.

## 5 Contas a receber de clientes

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
Venda de energia – terceiros	13.786	7.461
Venda de energia – partes relacionadas (nota 14)	3.479	3.479
<b>Total</b>	<b>17.265</b>	<b>10.940</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia e suas controladas não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025.

## 6 Imobilizado (Consolidado)

### a. Composição do saldo

Descrição	Taxa %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Torres anemométricas	10,00%	349	(29)	320	—
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	822.016	(8.443)	813.573	—
Edificações	3,33% a 4%	119.054	(1.049)	118.005	—
Ativo de direito de uso de bens arrendados	2,94% a 8,33%	99	(99)	—	70
Imobilizados em andamento	—%	—	—	—	503.771
Provisão para desmobilização	2,86%	9.092	(74)	9.018	—
Custo de empréstimo	3,13%	—	—	—	—
<b>Total</b>		<b>950.610</b>	<b>(9.694)</b>	<b>940.916</b>	<b>503.841</b>

### b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	Adições	Transferências (a)	Baixas	Depreciação	31/12/2025
Torres anemométricas	—	227	122	—	(29)	320
Máquinas e equipamentos	—	—	822.016	—	(8.443)	813.573
Edificações	—	—	119.054	—	(1.049)	118.005
Ativo de direito de uso de bens arrendados	70	13	—	(11)	(72)	—
Imobilizados em andamento	503.771	437.421	(941.192)	—	—	—
Provisão para desmobilização	—	9.092	—	—	(73)	9.018
<b>Total</b>	<b>503.841</b>	<b>446.753</b>	<b>—</b>	<b>(11)</b>	<b>(9.666)</b>	<b>940.916</b>

- (a) As controladas iniciaram suas operações comerciais de forma plena em 03 de setembro de 2025 e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias controladas pela CDV.

Descrição	Adição por aquisição	Adições	Depreciação	31/12/2024
Ativo de direito de uso de bens arrendados	—	97	(27)	70
Imobilizados em andamento	357.432	146.339	—	503.771
<b>Total</b>	<b>357.432</b>	<b>146.436</b>	<b>(27)</b>	<b>503.841</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentaram adições ao ativo imobilizado que não tiveram efeito caixa no montante R\$37.929 (R\$5.537 em 31 de dezembro de 2024), relativas a custos de empréstimos, capitalização de operações de arrendamentos e seguros, reconhecimento de contratos de ativo de direito de uso e provisão de medições de obras não faturadas.

## 7 Investimentos (Controladora)

### a. Composição do saldo

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santa Doroteia Energias Renováveis S.A.	475.429	118.340
Ventos de Santa Cristina Energias Renováveis S.A.	462.998	108.094
<b>Total</b>	<b>938.427</b>	<b>226.434</b>

**b. Movimentação do saldo**

Controladas	31/12/2024	Equivalência patrimonial	Aumento de capital em empresas investidas	Encargos de dívida capitalizados (a)	Depreciação encargos de dívida (a)	Distribuição de lucros (b)	Transação de capital (c)	31/12/2025
Ventos de Santa Doroteia Energias Renováveis S.A.	118.340	15.236	334.470	11.604	(65)	(3.114)	(1.043)	475.429
Ventos de Santa Cristina Energias Renováveis S.A.	108.094	21.382	327.017	11.347	(63)	(4.890)	111	462.998
<b>Total</b>	<b>226.434</b>	<b>36.618</b>	<b>661.487</b>	<b>22.951</b>	<b>(128)</b>	<b>(8.004)</b>	<b>(932)</b>	<b>938.427</b>

Controladas	Ações integralizadas	Ações incorporadas	Equivalência patrimonial	Transação de capital (c)	31/12/2024
Ventos de Santa Doroteia Energias Renováveis S.A.	—	118.324	(110)	126	118.340
Ventos de Santa Cristina Energias Renováveis S.A.	107.379	—	(280)	995	108.094
<b>Total</b>	<b>107.379</b>	<b>118.324</b>	<b>(390)</b>	<b>1.121</b>	<b>226.434</b>

- (a) A Nota Comercial divulgada na Nota 8, emitida em nome da Controladora, foi captada para financiar as obras dos parques eólicos de suas controladas. Por esse motivo, os encargos de dívida foram capitalizados como parte do investimento no balanço individual da Companhia e reclassificados para Ativo Imobilizado no balanço consolidado. Com a conclusão das obras e início das operações comerciais de forma plena em 03 de setembro de 2025, a Companhia iniciou a depreciação dos encargos de dívida capitalizados. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, tal depreciação é classificada para equivalência patrimonial, sendo reclassificada para depreciação nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (b) Durante o exercício de 2025, as controladas realizaram a distribuição de dividendos no montante de R\$8.004, sem efeito caixa no exercício.
- (c) Durante o exercício de 2025, a Companhia incorreu no montante de R\$932 em transações de capital com a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., acionista controladora direta e indireta da Companhia e das investidas, respectivamente, decorrente da mudança de participação societária (R\$1.121 em 31 de dezembro de 2024).

**c. Saldos das controladas**

Controladas	31/12/2025				
	Participação societária (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (a)	Resultado
Ventos de Santa Doroteia Energias Renováveis S.A.	100%	475.694	11.805	463.889	15.278
Ventos de Santa Cristina Energias Renováveis S.A.	100%	466.662	14.947	451.715	22.758
<b>Total</b>		<b>942.356</b>	<b>26.752</b>	<b>915.604</b>	<b>38.036</b>

- (a) A diferença entre o total do patrimônio líquido das controladas e o saldo do investimento da controladora em 2025, condiz com os custos de empréstimos capitalizados nos investimentos, líquido da depreciação dos encargos da dívida, no montante de R\$22.823.

Controladas	31/12/2024					Patrimônio líquido na data da aquisição	Resultado na data de aquisição até 31/12/2024
	Participação societária (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado		
Ventos de Santa Doroteia Energias Renováveis S.A.	42%	240.784	3.840	238.266	(1.321)	118.324	(220)
Ventos de Santa Cristina Energias Renováveis S.A.	50%	263.455	3.931	260.845	(1.322)	107.379	(551)
<b>Total</b>		<b>504.239</b>	<b>7.771</b>	<b>499.111</b>	<b>(2.643)</b>	<b>225.703</b>	<b>(771)</b>

## 8 Notas comerciais (Controladora)

Em 15 de maio de 2025, a Companhia celebrou a 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional ("Notas comerciais"), no valor de R\$730.000, destinado à implantação do empreendimento, o qual foi desembolsado R\$729.998 no exercício.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do CDI e (ii) pelo spread de 1,95% ao ano. O pagamento integral do saldo devedor será realizado em parcela única, previsto para o dia 15 de outubro de 2026, mediante o desembolso de novos contratos de financiamentos de longo prazo a ser celebrado pelas controladas, captados para substituir a estrutura de financiamento dos projetos para pagamento no longo prazo.

O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, alienação fiduciária de ações e aerogeradores, e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pelas controladas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* presentes no contrato.

### a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025
Notas Comerciais	786.487
(-) Custos de captação	(2.684)
<b>Total</b>	<b>783.803</b>

### b. Movimentação da conta

Descrição	31/12/2025
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>—</b>
Captações	729.998
Juros incorridos	30.974
Juros capitalizados	25.515
Custo de captação pago no exercício	(2.684)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>783.803</b>
Circulante	783.803

## 9 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado é de R\$225.947 em 31 de dezembro de 2025 (R\$225.717 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 273.203.132 ações, 161.473.361 ações ordinárias e 111.729.771 ações preferencias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A.	96,50%	218.039	114.959.238	100,00%	225.717	225.716.722
Companhia Nacional - CNC	1,05%	2.372	47.537.732	—%	—	—
Companhia de Cimento da Paraíba - CCP	0,86%	1.943	38.753.613	—%	—	—
Companhia de Cimento Campeão Alvorada - CCA	1,59%	3.593	71.952.549	—%	—	—
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>225.947</b>	<b>273.203.132</b>	<b>100,00%</b>	<b>225.717</b>	<b>225.716.722</b>

### Aumento de capital

Durante os exercícios de 2024 e 2025, deliberou-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") sobre o aumento de capital da Companhia, conforme tabela abaixo:

Data da AGE	Capital subscrito	Integralizado em moeda corrente no exercício	Integralização de ações (a)	Emissão de ações ON
16/09/2024	107.379	—	107.379	107.378.553
20/12/2024	118.325	—	118.325	118.325.169
30/12/2024	12	12	—	12.000
<b>Total - 2024</b>	<b>225.716</b>	<b>12</b>	<b>225.704</b>	<b>225.715.722</b>
21/05/2025	97.230	230	—	97.230.000
<b>Total - 2025</b>	<b>97.230</b>	<b>230</b>	<b>—</b>	<b>97.230.000</b>

- (a) Em 16 de setembro de 2024, conforme AGE, a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. subscreveu 107.378.553 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, equivalendo ao montante de R\$107.379, integralizado mediante contribuição da totalidade da participação societária que detinha em ações ordinárias da Ventos de Santa Doroteia Energias Renováveis S.A. Em 20 de dezembro de 2024, conforme AGE, a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. subscreveu 118.325.169 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, equivalendo ao montante de R\$118.325, integralizado mediante contribuição da totalidade da participação societária que detinha em ações ordinárias, mediante contribuição da totalidade da participação societária na incorporação da TGR Subholding 6 S.A., meio pelo qual se tornou controladora direta da Ventos de Santa Cristina Energias Renováveis S.A.

### Movimentações de capital entre acionistas

No dia 03 de julho de 2025, os acionistas Companhia Nacional - CNC, Companhia de Cimento da Paraíba - CCP e Companhia de Cimento Campeão Alvorada - CCA exerceram a opção de compra de ações que detinham em decorrência do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrado com a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., adquirindo 158.243.894 ações ordinárias classe B, equivalente a 49,00% do total das ações e 2,45% do capital social na data da transação.

### Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2025, o acionista da Companhia realizou aportes mediante adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$4.

### Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$1.781.

Descrição	31/12/2025
Lucro do exercício	7.899
(-) Prejuízo acumulado	(401)
(-) Reserva legal (5%)	(375)
<b>Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>7.123</b>
<b>Dividendos propostos</b>	<b>1.781</b>

### Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$375, conforme tabela acima.

### Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$5.342.

### Resgate de ações preferenciais resgatáveis

Durante o exercício de 2025, as controladas da Companhia realizaram o pagamento de R\$272.387 referente ao resgate de 68.096.750 ações preferenciais resgatáveis emitidos em favor da Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., com efeito caixa no exercício (Emissão de R\$272.387 em 31 de dezembro de 2024, onde apenas R\$149.428 resultou em efeito caixa no período comparativo).

## 10 Receita líquida de vendas

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
Venda de energia	61.292	39.413
PIS e Cofins sobre vendas	(2.002)	(3.646)
<b>Total</b>	<b>59.290</b>	<b>35.767</b>

## 11 Custos operacionais

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
Custos com pessoal	(242)	-
Energia comprada	(19)	(35.750)
Depreciação	(9.595)	-
Gastos operacionais	(1.462)	-
Seguros	(244)	-
Gastos com manutenção	(4.250)	-
Outros custos	(974)	(1)
<b>Total</b>	<b>(16.786)</b>	<b>(35.751)</b>

## 12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica	(26)	–	(15)	–
Compartilhamento de despesas (nota 14)	(2.275)	(742)	–	–
Tributos e contribuições	(120)	–	(119)	–
Despesas legais	–	–	–	(1)
Taxa de manutenção - CCEE	–	–	–	(10)
Despesas pré-operacionais - geração energia	(450)	–	–	–
Outras despesas gerais ou administrativas	(93)	(41)	(2)	–
<b>Total</b>	<b>(2.964)</b>	<b>(783)</b>	<b>(136)</b>	<b>(11)</b>

## 13 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de aplicações	3.026	–	2.509	–
Outras receitas financeiras	92	–	–	–
<b>Total</b>	<b>3.118</b>	<b>–</b>	<b>2.509</b>	<b>–</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Tarifas bancárias	(7)	(2)	(2)	–
Juros sobre empréstimos	(30.974)	–	(30.974)	–
Juros sobre provisão para desmobilização	(55)	–	–	–
Outras despesas financeiras	(18)	(3)	(4)	–
<b>Total</b>	<b>(31.054)</b>	<b>(5)</b>	<b>(30.980)</b>	<b>–</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(27.936)</b>	<b>(5)</b>	<b>(28.471)</b>	<b>–</b>

## 14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>	<b>6.958</b>	<b>—</b>	<b>14.962</b>	<b>—</b>
Partes relacionadas - outros créditos	3.479	—	3.479	—
Contas a receber de partes relacionadas	3.479	—	3.479	—
Dividendos a receber	—	—	8.004	—
Dividendos a receber de controladas	—	—	8.004	—
<b>Passivo</b>	<b>2.796</b>	<b>1.430</b>	<b>11.605</b>	<b>—</b>
Partes relacionadas - outras contas a pagar	1.059	1.430	—	—
Transações de condomínio (b)	416	639	—	—
Compartilhamento de despesas (a)	643	791	—	—
Fornecedores	—	—	9.868	—
Compra de energia (c)	—	—	9.868	—
Dividendos a pagar	1.737	—	1.737	—
Dividendos a pagar a acionistas	1.737	—	1.737	—
<b>Resultado</b>	<b>12.599</b>	<b>(742)</b>	<b>(20.815)</b>	<b>—</b>
Receita líquida de vendas	14.922	—	14.922	—
Venda de energia (c)	14.922	—	14.922	—
Custos operacionais	(48)	—	(35.737)	—
Energia comprada (c)	—	—	(35.737)	—
Custos com manutenção de torres (a)	(48)	—	—	—
Despesas gerais ou administrativas	(2.275)	(742)	—	—
Compartilhamento de despesas (a)	(2.275)	(742)	—	—
Despesas com manutenção de torres (a)	(75)	(63)	—	—

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as controladas possuíam operações com partes relacionadas decorrente de contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos S.A., com a finalidade de prestação de serviços administrativos.
- (b) As controladas possuíam despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias até a sua liquidação.
- (c) As controladas possuíam operações de venda de energia com a controladora, e esta por sua vez, possuía operações de venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

### Remuneração da Administração

A Companhia não efetua diretamente pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pela acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

## 15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

### a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		76.228	76.228	13	13	71.397	71.397	3	3
Contas a receber de clientes		17.265	17.265	–	–	10.940	10.940	–	–
Dividendos a receber		–	–	–	–	8.004	8.004	–	–
Notas comerciais	Nível 2	(783.803)	(786.488)	–	–	(783.803)	(786.488)	–	–
Fornecedores		(3.053)	(3.053)	(5.505)	(5.505)	(9.871)	(9.871)	–	–
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(1.059)	(1.059)	(1.430)	(1.430)	–	–	–	–
Dividendos a pagar		(1.781)	(1.781)	–	–	(1.781)	(1.781)	–	–
Outras contas a pagar		(3.123)	(3.123)	(282)	(282)	–	–	(1)	(1)
<b>Total</b>		<b>(699.326)</b>	<b>(702.011)</b>	<b>(7.204)</b>	<b>(7.204)</b>	<b>(705.114)</b>	<b>(707.799)</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são avaliados ao custo amortizado.

**b. Mensuração do valor justo**

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Notas Comerciais	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

## 16 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

### a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025
Imposto de renda corrente	(1.330)
Contribuição social corrente	(704)
<b>Total</b>	<b>(2.034)</b>

### b. Apuração do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido):

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Venda de energia (Combinado)	100.705
(-) Venda de energia (Lucro Real)	(39.413)
Venda de energia (Lucro Presumido)	<b>61.292</b>
Alíquota de presunção (IRPJ)	8 %
Lucro presumido	4.903
Outras receitas não operacionais	609
Alíquota vigente	15 %
Alíquota vigente IRPJ adicional	10%
<b>Imposto de renda corrente</b>	<b>(1.330)</b>
Alíquota de presunção (CSLL)	12 %
Lucro presumido	7.355
Outras receitas não operacionais	609
Alíquota vigente	9 %
<b>Contribuição social corrente</b>	<b>(704)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(17,9)%</b>

### c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025
<b>Saldos iniciais</b>	<b>—</b>
Imposto de renda e contribuição social no exercício	2.034
Impostos pagos sobre o lucro	(711)
Compensações no exercício	(108)
<b>Saldos finais</b>	<b>1.215</b>

## 17 Contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

\*\*\*